

PRESERVAR MADEIRAS PRECIOSAS É ASSEGURAR O FUTURO

Inserimos hoje mais dois decretos do Conselho de Ministros — os últimos da série — relacionados com o combate indispensável à salvaguarda das nossas riquezas animais, vegetais e minerais, renováveis ou não, até há pouco objecto de desenfreada delapidação.

O primeiro Decreto n. 9/81, regulamenta em novos moldes os bens de pessoas singulares e extingue a Comissão de Contrôle das Exportações de Bens de Pessoas Singulares.

Por sua vez o último do conjunto, o n.º 2/81, trata da protecção às florestas e determina os parâmetros da exportação das madeiras, sua transformação e comercialização.

Decreto N.º 9/81 de 25 de Julho

A legislação em vigor sobre a exportação definitiva de bens de pessoas singulares, visou controlar a saída daqueles artigos que tivessem sido importados com dispêndio em divisas geradas pelo esforço do trabalhador moçambicano ou que, sendo produzidas em Moçambique, a respectiva exportação prejudicasse as necessidades do mercado interno ou representasse uma quebra de receitas em divisas.

Para análise e atendimento dessas situações, foi criada a Comissão de Contrôle das Exportações de Bens de Pessoas Singulares, cuja acção correspondeu às solicitações de uma determinada fase do processo de aperfeiçoamento e consolidação dos órgãos competentes do Aparelho de Estado.

A prática do seu funcionamento revela, no entanto, que não se justifica já a manutenção de um mecanismo complexo, moroso e inadequado ao número e natureza dos casos que legitimamente lhe podem ser submetidos.

Nestes termos, ao abrigo da alínea h) do artigo 60 da Constituição, o Conselho de Ministros decreta:

ARTIGO 1.º

1. As pessoas singulares só poderão exportar os seus bens, desde que os mesmos hajam sido adquiridos em moeda convertível, salvo tratando-se de artigos de vestuário ou de uso doméstico normais.

2. Os pedidos de exportação de bens de pessoas singulares residentes na República Popular de Moçambique, deverão ser submetidos à aprovação da Direcção dos Serviços das Alfândegas acompanhados dos comprovativos da aquisição e da origem do bem, com identificação do comprador.

3. O Ministro do Comércio Externo definirá por despacho a natureza e quantidade dos bens referidos no número 1 deste artigo, bem como o tipo de situações contempladas na presente disposição.

ARTIGO 2.º

1. Ficam ressalvadas as situações emergentes de cláusulas constantes de contratos de trabalho em vigor.

2. Os cooperantes cuja actividade no nosso País se exerça ao abrigo de acordos celebrados entre o Governo da República Popular de Moçambique e o Governo dos seus Países, ficarão submetidos ao regime dos respectivos acordos.

3. As pessoas abrangidas pelos números 1 e 2 do presente artigo, deverão documentar os pedidos a que se refere o número 2 do Artigo 1 com declaração do respectivo Ministério ou da Direcção Nacional de Cooperação Internacional de onde conste os termos e limites do respectivo contrato e a confirmação do seu cumprimento.

ARTIGO 3.º

1. Para os efeitos do presente diploma, fica submetida ao regime da 1.ª parte do n.º 1 do Artigo 1, a exportação definitiva de bens e artigos de pessoas singulares produzidos, fabricados ou manufacturados em Moçambique, designadamente objectos de arte e artesanato, bem como mobiliário de madeira ou móveis com incorporação significativa de material ou componentes importados.

2. As condições de exportação de objectos de arte e artesanato em marfim, madeiras preciosas, mobiliário, artesanato e objectos de arte em peles de fauna bravia, ou troféus, são fixados em legislação especial.

ARTIGO 4.º

É extinta a Comissão de Contrôle das Exportações de Bens de Pessoas Singulares.

ARTIGO 5.º

Em tudo o que não contrariar as disposições anteriores, mantém-se em vigor o Decreto n.º 34/76 de 14 de Outubro.

ARTIGO 6.º

O presente Decreto entra imediatamente em vigor.

Decretado pelo Conselho de Ministros.

PUBLIQUE-SE.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

SAMORA MOISÉS MACHEL

Decreto N.º 12/81 de 25 de Julho

As florestas fazem parte dos recursos naturais do solo que a nossa Constituição define como propriedade do Estado, a quem incumbe determinar, em defesa deste património e dos interesses nacionais, as condições do seu uso e aproveitamento.

Dado que o critério de utilização das espécies florestais deve assegurar o desenvolvimento da economia e o bem-estar das populações, prevenindo ao mesmo tempo a degradação e esgotamento da flora silvestre;

Considerando que, à margem da disciplina mais geral e completa sobre a protecção e aproveitamento dos recursos florestais, se verifica a necessidade de adequar, à nossa realidade actual, em aspectos específicos, mais restritos e com maior urgência, a legislação ainda em vigor, particularmente no que concerne à exploração e comercialização de espécies florestais produtoras de madeiras preciosas de grande valor e procura no mercado internacional;

O Conselho de Ministros, ao abrigo da alínea h) do artigo 60 da Constituição, decreta:

ARTIGO 1.º

(Definição)

1. São classificadas como madeiras preciosas, todas as que pelas suas qualidades, raridade, utilização e valor que possuam no mercado internacional devem ser protegidas de forma especial.

2. A extracção, utilização, transformação e comercialização destas espécies é disciplinada pelo presente diploma.

3. Consideram-se madeiras preciosas, os produtos florestais provenientes das espécies seguintes:

Nome botânico	Nome em línguas nacionais	Nome comercial
Clorophora excelsa (WELW). DENTH. & HHOR. f.	Mahundo, mecucu, magunda, mussacossa, tule	Tule
Dalbergia melanoxylon GUILL. & PERR. DYOSPYROS KIRII HERN. & D. mespiliformis HOCHST	Ampivi, chiruite, mepingué, pingué Chitomane, mefuma, mesuma, muoma, netoma, toma, intomo?	Pau-preto Ébano africano
Elbergia capensis SPARAM	Inhamarre, mepundati, mesurgio, untoma	
Entandrophragma caudatum (SPRAGUE) SPRAGUE Guibartia conjugata (EOLLE)	Bubuti, mbuti Chacate	Mbuti Chacate
J. LEONARD Rhamnus zeyheri SOND.	Mucarane, mulartchine Sungangoma	Pau-rosa
Spirostachys africana SOND	Chilingamache, mucunite, narraczi, zunvorre	Sândalo africano

4. A classificação poderá ser revista e actualizada sempre que for necessário, por despacho do Ministro da Agricultura.

5. O Ministro da Agricultura designará por diploma ministerial aquelas espécies florestais que, por estarem em perigo de extinção a nível local ou nacional, a extracção é interdita em qualquer circunstância e para todos os efeitos.

ARTIGO 2.º

(Da extracção e utilização)

1. As espécies florestais produtoras de madeiras preciosas não poderão ser abatidas nem estas utilizadas, transformadas ou comer-

cializadas, salvo nas hipóteses contempladas no presente diploma.

2. As madeiras preciosas não poderão ser empregues na indústria de construção civil, devendo o fundo de mercado interno ser fixado por despacho do Ministro da Agricultura.

3. O Ministro da Agricultura fixará anualmente por despacho, as quantidades a abater de cada uma das espécies referidas no n.º 3 do Artigo 1.

4. A exportação de madeiras preciosas em toros ou serradas, incluindo parquet, é da exclusiva competência da Empresa de Madeiras de Moçambique (MADEMO), E. E.

ARTIGO 3.º

(Da concessão e regime de exploração)

1. A concessão do direito de extracção das espécies florestais protegidas e o aproveitamento e comercialização de madeiras preciosas é da competência do Ministro da Agricultura, que definirá os respectivos termos, condições e o regime de exploração, em conformidade com o disposto no presente diploma e demais legislação em vigor.

ARTIGO 4.º

(Da utilização para fins artesanais e objectos de arte)

1. É permitido o emprego de madeiras preciosas em objectos de arte e de artesanato, bem como para confecção de peças ou mobiliário, de acordo com as regras de utilização que para o efeito forem fixadas.

2. Anualmente, por despacho conjunto dos Ministros da Educação e Cultura e da Agricultura, serão determinadas as quantidades do fundo de mercado interno de madeiras preciosas destinadas à utilização para fins culturais e artísticos.

ARTIGO 5.º

(Do controle e fiscalização)

1. Compete ao Ministério da Agricultura, por intermédio do Departamento de Florestas e Fauna Bravia, o controle e fiscalização do cumprimento das normas atrás enunciadas.

2. Os órgãos de fiscalização têm competência para levantar autos às infracções que verificarem, instruir os processos respectivos e remetê-los ao Tribunal competente.

ARTIGO 6.º

(Sanções)

1. Para efeitos do presente diploma, o abate das espécies florestais protegidas e o transporte, utilização ou comercialização ilegais, constituem infracções punidas com multa correspondente a vinte vezes o valor do produto, mas nunca inferior a 15 000.00 MT, seu confisco imediato, bem como dos meios e equipamento utilizados na infracção, se outra pena mais grave não couber.

ARTIGO 7.º

(Da legislação em contrário)

Ficam revogadas as disposições legais que contrariem o disposto no presente diploma.

ARTIGO 8.º

O presente Decreto entra imediatamente em vigor.

Aprovado pelo Conselho de Ministros.

PUBLIQUE-SE.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

SAMORA MOISÉS MACHEL